

DE CASA EM CASA, DE RUA EM RUA... NA CIDADE: “CIRCULAÇÃO DE CRIANÇAS”, HIERARQUIAS E ESPAÇOS SOCIAIS EM BELÉM¹

Maria Angelica Motta-Maués

Universidade Federal do Pará

Faculdade de Ciências Sociais

Laboratório de Antropologia “Arthur Napoleão Figueiredo”

Daniele Greice Lopes Igreja

Universidade Federal do Pará

Curso de Ciências Sociais

Bolsista de IC/CNPq.

Luíza Maria Silva Dantas

Universidade Federal do Pará

Curso de Ciências Sociais

Bolsista de IC/CNPq.

RESUMO

Pequenos, meninas, filhos de criação, crias – são todas designações presentes na linguagem dos belemenses para referir, dirigir-se às crianças, que transitaram/transitam entre o lar de sua mãe biológica e outro(s), onde podem chegar a passar os, muitas vezes, tão longos anos de suas vidas. Esse movimento é o que em Antropologia se estuda com o nome de “circulação de crianças”. Se nele tem nos chamado mais a atenção essa movimentação nas camadas populares – com destaque, na Amazônia, para as “crias” de família – também participam desse circuito, com outras formas e espaços, os pequenos de camadas médias e altas. De todo modo, o que a “circulação de crianças” tem em comum, em qualquer tradução, é ser um fenômeno que se atualiza na cidade. Se tal fenômeno tem sido pensado, na sua face mais explícita, dentro da discussão sobre infância e família, ele implica também numa outra expressão nunca visibilizada: a das diferenciações, hierarquias, estratégias que regem a movimentação das crianças no espaço da casa, entre os lares, entre o lar original ou receptor e outros espaços, o que implica, de um lado, em sua inscrição na “geografia” da casa (as diferentes casas de suas andanças) e, de outro, da própria cidade. O que estamos dizendo é que os atores dessa prática (e ela mesma) existem e constituem uma face relevante e desconsiderada da vida social urbana (moderna) na Amazônia, seja lá como for que tal prática se realize. É essa face que, exploratoriamente, o trabalho pretende abordar.

Palavras-chave: Circulação de crianças, espaços sociais, Amazônia.

¹ Trabalho apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil.

A relevância (histórica, inclusive), a amplitude, a recorrência e a atualidade da prática da “circulação de crianças” no Brasil está longe de corresponder à atenção que tal fenômeno tem tido dos estudos e pesquisas na área das Ciências Sociais. Definida por Claudia Fonseca - primeira e quase única estudiosa dessa prática, a partir de seu material de Porto Alegre, com o qual vem discutindo outros elementos da questão (FONSECA, 1995; 2006) – como “toda transação pela qual a responsabilidade de uma criança é transferida de um adulto para outro” (1995: 116), tal prática é interpretada também como uma estrutura básica da organização de parentesco nas camadas populares (SARTI, 1996). Dados de pesquisa de âmbito nacional, na área da demografia, com fontes referentes aos anos de 1986 e 1996 (SERRA, 2004), indicam que no Brasil cerca de três milhões e meio de crianças de camadas populares encontram-se vivendo fora dos lares de suas mães biológicas (com avós, tias, madrinhas, pais e instituições de atendimento à criança e ao adolescente), configurando um quadro considerável da atualização da prática aqui referida. Por outro lado, um dado que se repete nestas referências é a vinculação da circulação de crianças apenas aos filhos de famílias que compõem os chamados “grupos populares”.

Concordando, em parte, com esta afirmação, e apesar de não ser isso algo contemplado na, ainda escassa, produção dada à público sobre essa prática, Motta-Maués (2004) propõe incluir neste “ir e vir” também as crianças das camadas médias e altas, considerando nesse movimento os fluxos mais curtos, mais intermitentes, mais dinâmicos e incluindo outros personagens e outros espaços sociais. Como, por exemplo, e, mais caracteristicamente, aquele que se estabelece, formalmente, entre as duas diferentes casas de seus pais e de suas mães com suas novas “famílias” formadas com suas novas uniões. Este sendo uma espécie de marca distintiva do tipo de circulação característico das camadas médias urbanas. Uma vez que a formalização do tipo de guarda – com a mãe ou com o pai -, estabelecida, até pouco tempo, ou dos ajustes sobre a forma de exercê-la compartilhadamente, algo só recentemente estabelecido como necessário a todos os casais que se divorciam, dadas as diferenciações da conjugalidade entre as camadas populares e médias, só nas últimas se atualiza efetivamente.

De outro modo, se deixarmos de considerar, ou se mudamos o eixo da consideração das razões pelas quais se tem afirmado que as meninas e meninos dos “grupos populares” (FONSECA, 1995) ou dos “pobres” (SARTI, 1996) circulam - a

situação de extrema pobreza² e/ou as obrigações morais do parentesco³ -, podemos dizer que as crianças pertencentes às camadas médias e altas também partilham com os primeiros das mesmas modalidades de sua, por vezes, extensa e intensa vilegiatura. Entre pessoas (mais comumente mulheres) que delas cuidam, especialistas ou não, lares, instituições (exceto no caso das Unidades de Atendimento Socioeducativo), e espaços - da casa (das diferentes e diferenciadas casas de seu vai-e-vem), das ruas, do (e/ou dos) bairro(s), da geografia da cidade, enfim, onde se inscrevem esses espaços e por onde, repetidamente, circulam, mais ou menos intensamente. Conforme tentaremos mostrar aqui.

Neste sentido, o que queremos dizer mesmo, sobre a relação entre a prática da “circulação de crianças” e as camadas sociais, é que a “verdadeira” diferença, se pudéssemos falar assim, entre grupos populares e camadas médias, neste particular, é uma espécie de *obligatoriedade*. Que se atualiza mais explícita e volumosamente entre os primeiros, dada sua representatividade na população do país e que, embora também por razões iguais às das camadas médias, considerando suas condições de vida (de “pobreza”, de “pobreza extrema”), ressalta aos olhos a evidência e recorrência dessa prática entre eles. Sem esquecer a quase ausência de dados, sobre as camadas médias, neste aspecto particular, como já foi assinalado em outro trabalho (MOTTA-MAUÉS, 2004) e em outros - a chamada gravidez na adolescência sendo um exemplo. O que permite o registro univocamente feito e expressamente referido e divulgado, como mostramos no início deste trabalho. De todo modo, a proposta geral é que, “... a prática da circulação de crianças pode ser pensada como uma estrutura básica (ainda que não

² Sobre isso, Fonseca (1995) apresenta o caso exemplar de uma mulher, mãe de sete filhos, abandonada pelo marido, sem possibilidade de ajuda de parentes, que procurou, durante bom tempo, bons lares onde pudesse colocar cada um de seus pequenos e, só depois de entregar o último deles, seu bebê de alguns meses, é que seguiu para outra cidade, onde ia procurar um trabalho.

³ No que concerne a estas últimas, devemos registrar, segundo nossos dados revelam, e considerando um período de tempo que alcança os anos quarenta do século passado, que essas “obrigações” também orientavam, para não dizer, conformavam, as atitudes das camadas médias em relação à sua participação, enquanto fornecedoras de lares receptores para acolher crianças (e, muitas vezes, adolescentes, de um grupo de irmãos, por exemplo) em circulação. E que, entre a geração que viveu (como adultos, com família constituída) aquela situação e a seguinte, para a qual essas mesmas obrigações não foram de todo apagadas das suas considerações de família, ocorreu mudança significativa. Mas isso apenas no caso daqueles que, junto com a continuação de um processo de mobilidade social, aderiram a um outro *ethos*.

pelas mesmas razões, por vezes) da organização de parentesco no Brasil. E não apenas dos ‘grupos brasileiros de baixa renda’” (MOTTA-MAUÉS, 2004: 444).

Lembrando o que dissemos acima sobre a participação das diferentes camadas sociais na prática da circulação de crianças, acrescentando a relevância da consideração dos espaços e suas diferenciações e hierarquias, vamos relatar, agora, três casos encontrados em nossa pesquisa (ainda em andamento) que nos ajudarão a mostrar o universo da prática e o lado da mesma privilegiado aqui.

De casa em casa, pelas ruas... “circulando” em Belém: as crianças e suas múltiplas vilegiaturas

Rosinha e suas filhas: na “casa da mãe”/na “casa da avó”... e outros espaços

Rosinha⁴, que tem hoje trinta e sete anos, nasceu em Belém e, ainda em sua infância, mais precisamente aos nove anos, começa as suas “andanças”, saindo de sua casa de origem para morar com um casal de tios de seu pai, no município de Santa Isabel, no nordeste do Pará (cerca de 40 km de Belém), porque sua família “não tinha condição de me criar”, pois o casal tinha muitos filhos (14, sendo a mais velha apenas de sua mãe) e seu pai estava desempregado nesse período; além do fato, não desprezível neste relato, de ter sido ele mesmo criado por esses tios, em razão da morte precoce de seus pais. Neste sentido, agora, devia “retribuir” (através da filha), os cuidados dos tios que, já idosos, precisavam de alguém para fazer os trabalhos domésticos do sítio em que moravam, tais como, “puxar” água do poço, varrer o quintal, cuidar dos “bichos” (galinhas, patos) e também dos serviços internos da casa. Como Rosinha era a filha mais velha do sobrinho, além de ser afilhada desses tios, foi a escolhida (como observa Sarti [1996] em seu estudo para a filha mais velha de um pai viúvo) para ser “criada” por eles⁵. Mas, Rosinha só ficou lá até os 14 anos, quando, pouco depois da morte de seu tio, a tia também morreu.

⁴ Queremos dizer que os nomes das pessoas entrevistadas e com quem conversamos na coleta de dados do projeto, bem assim os de outras que elas mencionaram, seus parentes ou não, são aqui omitidos, tendo sido trocados por outros.

⁵ O caso de Rosinha é muito recorrente entre famílias de camadas populares, que “doam” ou entregam crianças ou adolescentes para morar e “ajudar” (trabalhar) em casas de parentes (FONSECA, 1995; MOTTA-MAUÉS, 2007; LAMARÃO, 2008).

Terminada sua “missão”, relativa às suas “obrigações de parentesco” (FONSECA, 1995; SARTI, 1996) e precisando “ajudar” sua família, principalmente colaborando com o sustento de seus doze irmãos menores (a irmã mais velha, na verdade, sua meia irmã, já havia casado e se mudara para outro estado), outro tipo de rede é acionada e Rosinha volta para Belém e vai “morar” (trabalhar) na casa de uma sua “madrinha” – alguém a quem ela assim chamava. Nessa casa, recebia um pequeno pagamento, esporádico, por seus serviços domésticos⁶; seu irmão Milton, embora não morasse lá, cuidava nessa mesma casa dos serviços de jardinagem, de lavagem dos carros da família e da parte externa da casa, pelo que recebia um pagamento a cada vez que fazia tais serviços. Rosinha ficou com sua madrinha até quase seus vinte anos, quando saiu de lá para formar sua própria família (se “amigar”, como ela diz) com aquele que se tornou depois o pai de suas duas filhas que ocuparão, agora, este relato. Devemos dizer, porém, que os dois episódios da “circulação” de Rosinha, diferentes da de suas filhas, sinalizam que a “circulação de crianças”, tem, na forma apresentada aqui, uma ocorrência muito representativa em casos de famílias pobres, que para minimizar a difícil situação, “colocam” seus filhos para viverem em outros lares, como mostram Fonseca (1995), Sarti (1996) e, para o Pará, Wagley (1977/1956)⁷, Motta-Maués (2007) e Lamarão (2008). Embora não devamos esquecer de frisar sempre que, além e, às vezes, acima disso, estão também a forma de ser, as obrigações e os costumes do parentesco.

Rosinha é, agora, uma mulher adulta, que trabalha em uma parte do dia como cozinheira em uma empresa de serviços de transporte público e, suas duas filhas - a mais velha, Samantha, e a caçula Raissa - estão com quatorze e doze anos, respectivamente. Elas se vinculam, mais proximamente, à rede familiar de parentes do pai das meninas, pois, embora seus pais já sejam “separados”, continuam todos (modernamente) a se dar muito bem, repartindo o cuidado com as filhas (e, até pouco

Nesta situação, de modo geral, não se estabelece uma assimetria nessas relações; coisa que ocorre praticamente como regra, quando a criança (na maioria meninas) é encaminhada a lares de não parentes. E, nesse caso, o compadrio já assimétrico, como se apresenta, não obedece às regras da reciprocidade do parentesco.

⁶ Como veremos quando falarmos desta personagem mais adiante, a situação de Rosinha, embora se aproxime, não caracteriza completamente a de uma “cria”, dada a inclusão, mesmo esporádica, de um pagamento por serviços.

⁷ Embora não tratando do fato como referente a essa prática, a fina etnografia de Wagley nos dá conta da intensa vilegiatura das crianças entre as pequenas localidades do interior e a capital.

tempo, quando o ex-marido residia no mesmo domicílio de Rosinha, as despesas e tarefas da casa). Assim, as meninas ficam diariamente na casa da avó paterna, enquanto a mãe sai para trabalhar fora. Rosinha relata, ainda, que suas filhas ficam também constantemente na casa das tias paternas das meninas, principalmente da tia mais velha que já “reparava”⁸ as duas enquanto eram bebês. Além da casa da avó e das tias, as duas meninas eram reparadas, ou seja, cuidadas também pelo “avô”⁹. A vinculação da movimentação das meninas a seus parentes paternos, para não excluir os do lado da mãe, também se prende ao fato de todos morarem muito próximos, “um do lado do outro” como gostam de dizer. O que significa que, enquanto eram “menores”, o espaço de circulação de Samantha e Raíssa quase que se resumia a uma “rua” (pensando nesta como de um bairro não planejado).

Até hoje, o dia a dia das meninas inclui a manhã numa escola pública do bairro, para onde vão a pé e sozinhas e, ao voltarem, depois de almoçarem com a mãe, ficam a tarde toda na casa da avó, onde fazem as tarefas escolares, brincam na rua em frente e esperam a mãe voltar à noite do trabalho. Outra atividade presente diariamente (“que não falha”) no vai-e-vem das filhas de Rosinha é a frequência ao chamado *Cyber* – loja de jogos eletrônicos e acesso à *internet* -, também em rua próxima à das casas de sua mãe e de sua avó.

Fora do circuito mais restrito, em termos de espaços de seu cotidiano, nos “fins de semana” (domingos e/ou feriados) Samantha e Raíssa, junto com a mãe e seu namorado, vão a piqueniques (em algum “balneário”), ao cinema, ao *shopping*, a um “churrasco” na casa de um parente ou amigo, quando, nessas ocasiões, circulam um pouco mais longe, pegam ônibus, encontram outro público, vêem outra parte da cidade.

A situação acima referida remete-nos à discussão de Claudia Fonseca (1995), com trabalhos referenciais sobre o tema, no sentido de que existe uma mobilização familiar que se dá no tocante aos cuidados, orientação e socialização das crianças, fato que, para essa antropóloga, estudiosa do tema da circulação de crianças há mais de duas décadas, está presente (apenas) entre os grupos populares; também Sarti

⁸ Reparar (uma criança) é um termo recorrente em Belém para designar o ato de cuidar, tomar conta de um bebê ou de uma criança mais “crescidinha” (cf. LAGES, 2006; MOTTA-MAUÉS, 2004; LAGO, 2000).

⁹ As filhas de Rosinha atribuíam esse termo ao marido de sua avó paterna, ou seja, o padrasto do pai das meninas, que, por sinal, morreu há pouco tempo, deixando, assim, de ser um personagem atuante nessa rede de relações dentro das quais se movem as crianças no seu ir e vir.

(1996), discutindo o valor da família entre os pobres, nos diz que existe uma coletivização das responsabilidades pelos pequenos dentro do grupo de parentesco, no caso particular da circulação, movimentando-se ao redor da criança, nas camadas populares. Embora, segundo dados de nossa pesquisa (IGREJA, 2007; MOTTA-MAUÉS 2007), tal lógica também possa aparecer e ajudar a compor as relações nas camadas médias.

Identificamos mais claramente, com isto, no caso de Rosinha, essa prática da circulação de crianças como fator ligado às obrigações do parentesco, seja consangüíneo, por afinidade e/ou através das relações próximas de amizade. Neste caso, a mãe do pai das filhas de Rosinha tem um papel fundamental na socialização das crianças, pelo tempo que passam esses anos todos com ela, já que as netas também aprendem com a avó quando estão na sua casa. Conforme diz Myriam Lins de Barros (1987), para as camadas médias, a casa dos avós é o espaço privilegiado para a construção e vivência das relações de amizade, cumplicidade entre avós e netos. O que é reafirmado em estudo mais recente sobre avós francesas e brasileiras de camadas populares (PEIXOTO, 2000; cf. também, para o Canadá, MILAN & HAMM, 2003)¹⁰.

Mas, não é só a avó a figura que aparece na relação de atores que participam da socialização das filhas de Rosinha, como se pode ver no pequeno, mas variado elenco de parentes, consangüíneos e afins, mulheres e homens, jovens, adultos e velhos – além da mãe e da avó, duas tias (uma, a mais velha, principalmente, até hoje) e, mais, o pai e “avô”, padrasto do pai das meninas. Por outro lado, dada a forma de “criar” as filhas, posta em ação por Rosinha, as meninas não se movimentam sozinhas, para espaços além do horizonte dos “olhos” e da “voz” da avó que, chamando em alto e bom som seus nomes no meio da rua, sempre as procura alcançar em suas curtas andanças particulares – que, como vimos, se resumem a duas casas e ao bairro e, nele, a uma rua.

“Circulando” com Joaquim: a vida “agendada” de um menino

¹⁰ Aliás, é interessante e “bom para pensar”, diante das observações do texto a respeito das avós francesas e seus netos, lembrar aqui, os longos e preciosos registros de sua avó – da estreita e amorosa ligação entre eles – que faz Proust (1951) em *A Sombra das Raparigas em Flor*, um dos volumes de sua mais importante obra, escrita e publicada nas duas primeiras décadas do século XX.

Levando a análise da “circulação de crianças” para as camadas médias, o breve relato do cotidiano de Joaquim é, ou pode ser considerado, como um caso típico (na forma mais variada, múltipla e especializada) de tal prática nessa camada social. Joaquim, atualmente com seus oito anos de idade, participa de um circuito de atividades cotidianas, que nos permite inseri-lo como exemplo adequado, na abordagem que Motta-Maués (2004) põe em discussão, segundo a qual as crianças entram em movimentos de vai-e-vem, como disse Fonseca (1995), porém, mais curtos, mais dinâmicos, contínuos e variáveis, considerando seus espaços e personagens que, assim, também fazem parte de sua socialização.

Joaquim e sua irmã Sônia, de quase quatro anos, passam a manhã na escola, uma das mais caras e conceituadas escolas particulares da cidade, sendo esta etapa, para ele, apenas o início de sua “circulação” diária. Pois, depois que volta para casa, no período da tarde, Joaquim tem uma série de atividades “agendadas”, como diz sua mãe Laura, que implicam deslocamentos ao longo do dia, entre sua casa (onde vive com seus pais e a irmãzinha, mais uma empregada doméstica que vem todos os dias) e os espaços por onde “circula”. Durante a semana (seus “dias úteis”) a agenda de Joaquim é totalmente preenchida de atividades, como segue: escolinha de futebol, aula de natação, acompanhamento escolar – Kumon, duas vezes por semana cada uma; sessões de fisioterapia e sessões de fonoaudiologia, duas vezes por mês. Para completar essa especial agenda, no sábado ainda tem um horário de “reforço escolar”, um tipo de acompanhamento dos conteúdos dados na escola, feitos por um professor particular que, neste caso, vai à casa de Joaquim. Nos finais de semana, a família frequenta um clube do qual são sócios, onde o menino faz, durante a semana, suas aulas de futebol e natação.

Para dar uma idéia dos percursos de nosso menino “circulando” na cidade, é bom dizer que ele mora na parte, hoje, “nobre” de um bairro distante do centro – de carro leva-se cerca de uma hora –; distância percorrida todos os dias para a ida e volta da escola e mais quatro vezes por mês para ir à fisioterapia e à “fono”. Para o futebol e a natação, a distância é menor e, em vez de “atravessar” a cidade em direção aos bairros centrais, ele vai no rumo da saída pela BR, que não fica distante de sua casa. Como seus pais têm carro, e são eles que levam juntos os filhos de manhã, ou se revezam, no caso de Joaquim, já que a irmã Sônia só sai para a aula da manhã, nos outros horários, podemos ver que boa parte do tempo de convívio entre eles (leia-se, também, sua socialização) se dá enquanto se deslocam pela cidade, juntos, no carro da

família – coisa que entre os meninos de camadas médias e altas de maior poder aquisitivo pode ser feita também pelos motoristas e seus ajudantes nos veículos de transporte particular (as conhecidas “vans”) -, na medida em que, se contabilizarmos, sem muita precisão, teremos, sem contar o Kumon, que fica mais perto de sua casa, entre vinte e quatro ou mais horas por semana ocupadas no intenso, extenso e repetido vai-e-vem de nosso menino. O que significa dizer que, pelo menos um dia inteiro da semana, em número de horas gastas, é empregado nos deslocamentos do menino pelas ruas e bairros da cidade.

É, neste sentido, que a proposição de Motta-Maués (2004) e nossos mais recentes achados de pesquisa (IGREJA, 2007; MOTTA-MAUÉS, 2007) apontam esta “ciranda” como um modo de “circulação de crianças” mais específico (mas não exclusivo) - conforme seu estilo, não propriamente seu formato - das camadas médias. Percebe-se, constata-se, diante desses dados, que estas crianças participam de fluxos mais curtos e dinâmicos em seu processo de socialização (COHN, 2002), nos quais estão incluídos outros tipos de atores e espaços especializados que não fazem parte, exclusivamente, do círculo de parentesco e dessa socialização mais restrita (sua casa).

Esses espaços são caracterizados, principalmente, como modos de apoio educacional ou de lazer, mais presentes, com um certo feitiço, entre as crianças dessas camadas mais privilegiadas, onde verificamos que estas acabam também sendo educadas a conviver em sociedade nesses vários espaços organizados em que circulam, através dos quais entram em sua vivência diária outras pessoas que, assim, participam mais ou menos ativamente, temporalmente, de sua “criação”. Como Igreja (2007) aponta para as camadas médias: os professores da natação, do ballet e da escolinha de futebol, do “reforço”, do Kumon.

Além disso, podemos dizer que os casos, que são referidos neste trabalho, são bem o exemplo da variedade e complexidade das configurações de família, além e/ou em torno de tal prática da circulação dos pequenos, envolvendo nisso diferentes atores que, assim, atualizam interessantes combinações voltadas para um mesmo desempenho social, onde a criança, seja no sentido que for e, com sua movimentação, nas situações observadas e interpretadas, é personagem central na vida dessas famílias.

Entre rios e ruas... “Circulando” nas casas: as “crias” e seus trajetos hierarquizados

Marina e suas muitas “amigas”: da infância à velhice - entre “crias”

As “crias” de família são, em sua maioria, mulheres, meninas, advindas principalmente de municípios do interior do estado ou de estados vizinhos, que vêm para Belém, enviadas por seus familiares na intenção de serem aí criadas, educadas por uma família, ajudando também, aprendendo as tarefas domésticas. Para isso, são entregues, às vezes por intermediários¹¹, a uma família da cidade, a qual pode ter alguma relação com a sua de origem (parentes consangüíneos, compadrio etc.) ou não; geralmente vêm ainda crianças (por vezes, bem pequenas, com seus sete, oito anos) ou adolescentes, para “ajudar” nos serviços domésticos e em “troca” obter moradia, vestuário, educação, ou seja, uma “chance na vida”.

A peculiaridade desta personagem é dada devido a sua posição ambígua no interior das relações familiares, já que, ora ela é (ou pode, eventualmente, ser) tratada como alguém que é “quase da família”, uma espécie de “filha de criação”, e ora como uma serviçal, uma empregada doméstica (MOTTA-MAUÉS, 2007). Muitas vezes, essas mulheres (as crias são principalmente meninas) convivem desde a sua infância com as famílias, desenvolvem afeto, gratidão, mas, também, mágoa devido ao estatuto desigual que lhes é atribuído em relação aos filhos legítimos¹². Seu estatuto ambíguo, ambivalente, permite que se constitua uma gama variada de situações que vão desde a exploração mais cruel do trabalho infantil (exploração inclusive sexual), da violência física (até resultante em morte), a um tipo, tão ilegítimo quanto, de relação “suavizada” pela afetividade, a dedicação, a obediência assim exigida e atendida da parte da cria que

¹¹ Em seu conhecido romance *Dois Irmãos*, o escritor amazonense Milton Hatoum (2006 [2000]) refere para a Manaus das primeiras décadas do XX, através da personagem chave Domingas, a participação como tal de um colégio de religiosas, que acolhia órfãs das localidades ao longo dos rios e, entre outras coisas, as preparava para servirem (como “crias”) em casas de famílias abastadas da cidade. Idêntica informação temos para a Belém da segunda metade daquele século, resultante de depoimento informal de ex-pensionista de colégio que exercia a mesma função nesta cidade.

¹² Mágoa do mesmo tipo é magistralmente pintada em instigante romance de uma autora indiana, Thrity Umrigar (2006), através de Bina, personagem central (e narradora da história), criada de abastada casa, ao comparar as diferentes e desiguais vidas de sua filha e da filha da patroa. Com quem viveu, por longos anos, a mesma dedicação e proximidade ambígua de nossa personagem, o que se acha bem estampado no título do livro: *“A Distância entre Nós”*. E, para continuar com os romances, o que, se não isso mesmo, inspirou Emily Brontë (1982 [1847]), ao criar o angustiado e vingativo Heathcliff, do clássico *“O Morro dos Ventos Uivantes”*?

permite, tem permitido, segundo nossos dados, longas e fiéis ligações entre mulheres (e suas famílias) nas opostas posições da “cria” e da “dona”.

Personagem tradicionalmente sinalizada na vida social da Amazônia (VERÍSSIMO, 1970 [1865, 1898, 1916]; SALLES, 1988; ALMADA, 1990; MEDEIROS, 1990; HATOUM, 2006 [2000]), mesmo quando não se lhe revele o termo de referência (aliás, elas jamais são chamadas diretamente assim), só agora começando a fazer parte, timidamente, do interesse de estudos entre nós (MOTTA-MAUÉS, 2004; 2007; LAMARÃO, 2008), a “cria” de família tem seu perfil nitidamente pintado em texto memorialístico sobre Belém e sua sociedade dos anos 1920 e 1930, o qual trazemos aqui para completar esta espécie de apresentação inicial da personagem que encerra este trabalho com a referência mais explícita às hierarquias de espaços na prática da “circulação”. Vamos ao perfil:

“As ‘crias’ eram meninas que vinham do interior (...). Lembro do primeiro dia quando alguma delas chegava. Era choro, choro sentido de dar dó. As ‘velhas’ [tias da escritora] compreendiam e observavam. Já no segundo dia o choro era menos intenso (...) . Não sei o que se passava na cabeça delas, na minha eu sei, havia muita pena. Eram meninas pouco mais velhas do que eu e iam servir enquanto que eu só brincava. É verdade que eram bem tratadas e o serviço leve [veja-se o que é “leve”]: varrer a casa, tirar o pó, e aprender a cozinhar. Mas ainda assim me dava pena. Eram vestidas, calçadas, alimentadas, alfabetizadas, aprendiam boas maneiras, costura, bordado, enfim as prendas domésticas. Tornavam-se boas donas de casa [o que podiam nunca ser, observo eu] e acontecia então fazerem casamentos acima das esferas de origem e ficavam amigas da casa, já trazendo depois seus filhos bem arrumados, para tomarem a benção (...). Eram sempre duas (...). Revezavam-se na cozinha e limpeza da casa, mas, por gosto próprio acabavam se definindo” (MARIA CECÍLIA, 2003: 17-18).

As nuances dessa prática, que pode ser considerada como “adoção”, levando em conta tal personagem, apenas poderão ser identificadas, se analisadas na dinâmica social da família e da cidade, onde Belém se torna o cenário. As “crias” são modeladas num contexto urbano¹³; elas partem de localidades pequenas, em direção a outras maiores, sendo o pólo maior a capital, Belém, onde a representatividade da ocorrência das “crias”, se não está ainda registrada formalmente (com dados de um estudo mais amplo, historicamente falando), esse registro existe, de maneira muito viva

¹³ Devemos dizer em apoio a isso, que (guardadas as devidas proporções) a mesma situação, ou seja, a presença de meninas como “crias” em casas de famílias, também existe nas cidades (sedes municipais) do interior do estado, revelando uma ampla rede dessa particular forma de circulação de crianças na Amazônia.

na memória pessoal de qualquer belemense (ou paraense) que, se tiver mais de oitenta anos, faz remontar essa prática ao final do século XIX, pelo menos. Conforme, aliás, refere uma interlocutora de nossa pesquisa, referindo e confirmando nossos outros registros sobre a existência até de grupos de mulheres ligadas pelo parentesco (tias, sobrinhas, primas, irmãs, e mesmo mães e filhas) morando e trabalhando em núcleos familiares que ultrapassam gerações. Portanto, correspondendo a uma prática antiga, enraizada na formação da família amazônica (ver, também, LAMARÃO, 2008) que deita suas raízes (ou pode fazê-lo) no período pós-escravidão, com o mecanismo jurídico da “Tutela de Menores”, que atingia crianças órfãs, ou tidas como tal, entregues pelo “Juiz de Órfãos” em casas de famílias (ALMADA, 1990).

No ponto que nos interessa aqui, falando dessas mulheres - confidentes, “amigas” fiéis, babás amorosas e dedicadas, trabalhadoras honestas e confiáveis e outras características que podem e lhes são atribuídas e que elas mesmas reivindicam para si, dependendo do perfil em questão -, podemos perceber diferenciações em relação às atividades, ao comportamento e aos espaços que a “cria” deve ocupar em comparação aos “verdadeiros” membros da casa (DANTAS, 2007). Esta pode ser uma ferramenta para uma criteriosa discussão sociológica acerca das “crias de família”, ou seja, interpretar as hierarquias e a lógica que regem a movimentação das “meninas” (ou depois, por vezes, das velhas senhoras) nas casas onde foram “criadas” – nos dois sentidos do termo aqui - e em outros espaços da cidade.

Partimos de uma entrevista com Marina, hoje com seus oitenta e seis anos, viúva já há longo tempo, de camada média, com bom nível de vida, em termos de moradia, conforto e poder aquisitivo. Ela conviveu, em sua já longa vida, com várias “crias” (na verdade, foram, são - uma ainda mora com ela -, quatro sob sua “guarda” e mais sua própria mãe, que viveu, ou parece ter vivido, de forma muito especial essa “condição”)¹⁴. Através de Marina, na posição da “madrinha” ou da “dona”, podemos identificar pelo menos quatro gerações de mulheres que viveram, uma ainda vive, como

¹⁴ Lourdes, mãe de Marina, nasceu da relação fortuita entre uma jovem mulher que trabalhava como governanta na casa de uma alta autoridade do estado e o filho deste. Ela foi retirada da casa e, ao nascer a filha, esta foi entregue a uma tia, “uma parenta rica” do rapaz, onde foi criada ao lado de outras duas meninas, filhas da parenta rica, mais ou menos de sua mesma idade, mas com estatuto inferior ao delas. Lourdes é bem o exemplo da figura - mais ambígua ainda - daquela que medeia entre a “filha de criação”, criada como filha, o que ela não era, e a “cria” mesmo, tratada como uma “criada”, o que também não era completamente o caso.

dissemos, parte de suas vidas naquela situação. Das quais falaremos brevemente agora, a fim de mostrar depois a diferença entre sua quase imobilização e os deslocamentos das outras crianças de que já falamos.

A primeira cria, na vida de Marina, foi Maria Carmem, menina que chegou à casa de sua mãe, Lourdes – que, a essa época, já estava casada e com quatro filhos -, com dois para três anos, pelas mãos de sua própria mãe. A mãe da menina fora uma das “crias” da casa da tia (“rica”) a qual, por sua vez, criara a mãe de Marina. Maria Carmem ficou na casa de Lourdes, até se casar e ir ser dona de casa; já que, como sempre ocorre com as crias, ela não “se formou”, pois “parou de estudar porque era ‘tapada’”. E até hoje, já velha, continua “amiga” de Marina – embora só ela a visite e, nas festas da casa, Carmem “fica mais ajudando, por gosto, na cozinha”.

Edwiges, a segunda cria, era “filha de criação” de uma quase vizinha de Marina, numa rua de uma cidade, de um tempo em que, segundo Marina, “(...) todo mundo conhecia e ela [já uma jovem] entrava nessas casas todas com a maior intimidade”; algo que Figueiredo (1999) retrata sobre Belém, nas primeiras décadas do século XX, para os moradores de uma mesma rua, pois todos se falavam e se freqüentavam. Quando a vizinha foi morar no Rio de Janeiro e Edwiges, que já tinha um filhinho, não queria ir, Marina ofereceu sua casa para que esta morasse com o filho. Marina alega que, além de ter “gostado de Edwiges”, ela “estava me servindo”, pois Marina estava grávida de sua filha caçula; esta relação se aprofunda com o nascimento da filha de Marina, a qual Edwiges também chama de “filha”, estabelecendo aí um vínculo que a faz ser referida como “da família”. Marina ficou viúva pouco tempo depois da chegada de Edwiges e comenta a respeito dela: “Aí mesmo que ela ficou, aí ela serviu de ‘babá’ pra mim; ela ia comigo receber minha pensão, quando eu tinha que ir pro médico ela ia comigo, enfim, a toda parte ela me acompanhava”. Mesmo depois que Edwiges foi morar com o pai de seu filho, continuou muito “chegada” a Marina, situação que se mantém até os dias atuais.

Outra que chegou antes da viuvez de Marina foi Joana, que veio para sua casa, em 1962, vinda de Baião, um município do Pará, porque o marido “estava preocupado” com a filha, pois “tudo que ela gostava era de menino” e queria “arranjar uma menina pra brincar com ela”. Mas para isso tinha que ser “uma menina limpa... que não podia ser fedorenta, nem cheia de feridas, nada disso” e aí se inicia (mais) um vínculo, agora, entre a família de Marina e a da “menina”. Na casa, Joana dormia em um “quartinho” nos fundos e sua função era “brincar” (um eufemismo muito utilizado,

até hoje, para falar do que fazem as meninas “crias”) com a filha de Marina, Lindalva, mesmo que também cuidasse da roupa da menina (“cheia de goma, de fita”) e da de seu irmão Lázaro. Estudou até o Normal (Formação de Professores), mas, segundo Marina, parou os estudos porque casou. “Sempre andava arrumada, quando a Lindalva ia pra algum aniversário aqui perto de casa, ela ia também toda arrumada levar...”. Veja-se que era para “levar” Lindalva. Marina amplia o trânsito de Joana dizendo que o marido “... ia todo domingo lá pra Assembléia Paraense (clube mais tradicional da cidade), aí ela ia pra piscina” – para tomar conta das crianças. Para evidenciar a relação entre as duas, Marina descreve com muito orgulho um acontecimento do dia posterior ao casamento de Joana, em que ela e Pedro chegam a sua casa e ele diz: “D. Marina, eu vim trazer a Joana porque ela chorou a noite toda, chorou porque não ia se acostumar, sem a sua casa, sem os meninos, com a senhora, que ela não ia ficar lá comigo, não ia, não ia, não ia, disse que viria deixá-la, ela se vestiu logo pra vir, ‘então tá aqui’”. Quando Marina questionou o porquê dessa situação, Joana argumentou: “Ah, eu não quero aquela casa, eu não vou me acostumar naquela casa, eu quero ficar aqui com a senhora”. E sugeriu: “Dona Marina, (...) eu faço o serviço daqui da senhora, quando for de noitinha o Pedro vem me buscar e eu vou pra lá’(...) e assim foi feito uma porção de tempo”.

Contudo, a afeição com que Marina se refere a Joana não ocorre no que diz respeito a Júlia, sua irmã mais nova. Por exemplo, quando Marina ficou viúva, ficou triste, não conseguia dormir, ela nos conta: “... sabe o que ela fazia? Eu me deitava com a cabeça pros pés da cama, e ela pegava essa banqueta aí, sentava e ficava coçando minha cabeça, coçava, coçava, coçava... Quando ela me via dormir, ela saía devagarinho e fechava a porta do quarto, isso ela fez não sei quantos meses...sem eu pedir! Sem eu pedir! Ela sentava e começava... Até... Porque eu não conseguia dormir... Ela era muito boa pra mim, fazia chá, sopa... tudo!”.

Júlia, que chega para ficar na casa de Marina, no dia do casamento de sua irmã Joana, com 10 anos de idade, é a última das quatro “crias” que, ao longo desses tantos anos, passaram, viveram – trabalharam – na casa de Marina. Marina descreve sua relação com a mãe de Joana e Júlia dizendo que esta veio durante muitos anos “passar” o Círio (maior festa religiosa do Pará, que ocorre todos os anos no segundo domingo de

outubro) em sua casa¹⁵. Quando Joana foi para o Rio de Janeiro com o marido, sua mãe foi se despedir e disse: “Olhe, D. Marina, eu queria pedir (...), eu queria que a senhora ficasse... Agora que a Joana tá indo embora (...), com a Júlia, porque eu não queria que ela se criasse lá (...). Eu quero que a senhora faça com ela o que fez com a Joana (...), que mande ela estudar, que eu não quero que ela fique sem estudo”. Assim, Júlia veio, ficou e mora até hoje na casa de Marina. Para enfatizar a diferença entre Joana e Júlia, a fala de Marina: “Eu ainda fui madrinha dela (Júlia), parece de crisma (...) durante um tempo ela me chamou de madrinha, mas o temperamento dela sempre foi assim, desde menina ela é estourada. A Joana era muito dócil, muito meiga (...); ela (Júlia) sempre foi assim, nunca mudou (...), ela não é fácil!”. Júlia, hoje, já uma senhora, continua morando com Marina, agora não mais fazendo diretamente todas as tarefas domésticas – o que não significa que seu estatuto tenha mudado.

Na casa, na rua, na cidade: “circulação de crianças”, espaços sociais, hierarquizações

O exemplo final das “crias” de família, através dos casos apresentados no item anterior, nos serve agora para mostrar a oposição mais frontal que pode ser indicada entre as personagens da movimentação que referimos neste trabalho: aquela que junta de um lado as crianças dos grupos populares e das camadas médias que são criados por seus pais biológicos (ou por outrem, como filhos *mesmo*) e, de outro, as “crias” de família, nos dois pontos que nos interessa assinalar: 1) o estatuto e a consideração das crianças; e 2) o tipo de movimentação que fazem e as hierarquias que ela envolve.

No primeiro caso - e do ponto de vista das crianças -, observamos um estatuto absolutamente desigual, em que, como sabemos e vimos referido, com todas as letras, na citação do “retrato” das “crias” da escritora paraense acima citada (Maria Cecília), elas são meninas criadas para servir junto com outras meninas que só brincam. Aliás, esta imagem já foi pintada há mais de um século atrás, por José Veríssimo, em seu conto “A Mameluca” (1970 [1865, 1898, 1916]). Neste sentido, não é a diferença de classe, nem do espaço de circulação exterior (à casa) das crianças que impõe uma

¹⁵ Esta referência serve para assinalar um outro “vai-e-vem” que, neste caso, alimenta, promove o das crianças, “crias” – o de seus parentes entre o interior e a cidade, com as famílias onde podem colocar seus filhos.

distinção hierarquizada, assimétrica, entre elas. Mas, sim, aquela da atribuição, ou não, do estatuto de filho (ou de outro tipo de relação de parentesco) sem nenhum eufemismo, sem nenhuma dúvida, ou não. Neste sentido, temos, de um lado, filhos (ou parentes *mesmo*) *versus* “crias” (que podem até ser parentes, mas não tratadas como tal, se a assimetria de classe, por exemplo, está presente, embora, como no caso de Lourdes, isso instale uma ambigüidade incômoda).

Quanto ao espaço social, como pudemos brevemente ver com os dados apresentados no trabalho, temos, de um lado, uma espécie de “imobilização” das crias, expressa numa vinculação estrita das mesmas à casa e à família que elas servem. Assim, o âmbito de sua circulação é espacialmente/simbolicamente preso àquela. Maria Carmem, que ia ao armazém do bairro buscar o leite, os mantimentos – onde arranhou o namorado (depois marido) que lá trabalhava. Ou Joana, que, através de Marina, conheceu e casou, depois, com outra “cria” (Pedro) de uma família conhecida. A ida à escola nunca vai adiante, ninguém “se forma”, pois são, todas, “tapadas” (nada “inteligentes”). A movimentação das “crias” enquanto tal, fisicamente falando, é restrita e, simbolicamente falando – quase se poderia dizer –, igual a zero. Na medida em que, enquanto agente, ela não sai do lugar. Mesmo que, passado tanto tempo, ela seja, olhando “de fora”, outra pessoa.

As outras crianças, que são filhos, netos, sobrinhos, colegas, alunos, filhos da “dona da casa”, ao contrário, movimentam, movem o mundo em sua direção. Nossos interlocutores, mesmo entre os “grupos populares”, fazem “tudo pelos filhos”. Desse modo, é como se os adultos “seguissem” as crianças nos circuitos tão movimentados, muitas vezes (como mostramos aqui), e como que, vivessem para promovê-los (os circuitos) e atualizá-los, inclusive, financeiramente.

A diferença que se instala entre as camadas tem a ver com duas coisas: a multiplicidade e o estilo dos espaços e atores por onde/com quem se movimentam ou “circulam”/convivem ou são atendidas as crianças dos “pobres” e as das camadas médias (e altas). Cujo exemplo, das filhas da cozinheira Rosinha (Samantha e Raíssa), e de Joaquim e Sônia (filhos do professor João e da funcionária pública Laura), pretendeu encarnar. Isso porque, embora no caso apresentado em nosso trabalho, as meninas quase só vão “da casa pra escola/da escola pra casa” (na mesma rua), outros registros mostram que, desse mesmo bairro, dessa mesma camada, outro menino atravessa a cidade para participar das aulas de música na Escola de Música da UFPA e do programa de “pesquisadores mirins” do Museu Goeldi. Ou vão, outras ainda, para suas aulas de balé,

karatê, judô, em espaços mais “modestos”, menos “conceituados” pelas outras camadas – mas cuja finalidade e interesse despertados são os mesmos. Sem querer relativizar ao extremo – como, aliás, não devemos fazê-lo –, queremos apenas sinalizar aproximações, nem sempre registradas em nossas análises.

Assim, nossa idéia aqui foi contemplar três universos e suas crianças, assinalando, tanto quanto foi possível fazê-lo, as diferenças, as aproximações, as imbricações entre eles. Quem são essas crianças? Como se aproximam em suas idas e vindas? Mesmo que de outros modos haja tanta diferença entre elas. Por que ou mais do que isso, como ocorre que umas (as das camadas médias e altas) só executam seu vai-e-vem quando crianças e em certas modalidades, nas quais a desigualdade de posições entre elas e seus “parceiros” de vilegiaturas não se instala. E, de outro lado, por que ou como, ao contrário, as dos “grupos populares”, conforme a sua origem e situação, podem chegar até a velhice executando (quase) o mesmo restrito ir e vir, atualizando relações, de algum modo hierarquicamente desiguais. Assim, cruzando camadas, gerações, gênero, referência temporal, espaços físicos da cidade, esperamos ter acompanhado formas diversas da prática da “circulação de crianças”, destacando nelas os diálogos que estabelecem com a casa, entre as casas, entre estas e a rua, no espaço urbano.

REFERÊNCIAS

- ALMADA, Paulo Daniel S. *A Infância Desvalida: Menores do Pará entre a Lei do Ventre Livre e a Abolição*. Monografia de Conclusão de Curso (História). Belém: UFPA, 1990.
- BRONTË, Emily. *O Morro dos Ventos Uivantes*. São Paulo: Abril Cultural, 1982 [1847].
- COHN, Clarice. *Antropologia da criança*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- DANTAS, Luíza Maria Silva. “Pais” ou “Patrões”? *Um estudo sobre “crias de família” na Amazônia*. Projeto de Pesquisa. Belém: PIBIC/CNPq., UFPA, 2007.
- FIGUEIREDO, Aldrin M. D. “Memórias da Infância na Amazônia”. In DEL PRIORE, M. (org.): *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.
- FONSECA, Claudia A. *Caminhos da adoção*. São Paulo, Cortez.1995.
- _____. “Da adoção de crianças à circulação internacional: questões de pertencimento e posse”. *Cadernos Pagu* 26: 11-44, 2006.
- HATOUM, Milton. *Dois Irmãos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006/2000.
- IGREJA, Daniele Greice Lopes. *Nascendo, crescendo e circulando: formas de família e cuidados com a criança em Belém*. Relatório Final de Bolsa de Iniciação Científica. Belém: UFPA/CNPq, 2007.
- LAGES, Nara Isa da Silva. *Falando de família: Lembranças e vivências em Belém*. Relatório Parcial de Bolsa de Iniciação Científica. Belém: UFPA/CNPq., 2006.
- LAGO, Syane de Paula Costa. *Namoro pra casar/Namoro pra escolher (com quem casar)*. Dissertação de Mestrado (Antropologia), Belém: UFPA, 2000.
- LAMARÃO, Maria Luiza Nobre. *A Constituição das Relações Sociais de poder no Trabalho Infanto-juvenil doméstico: Estudo sobre Estigma e Subalternidade*. Dissertação de Mestrado (Serviço Social). Belém: UFPA, 2008.
- LINS DE BARROS, Myriam M. *Autoridade e Afeto: Avós, filhos e netos na família brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- MARIA CECÍLIA. *Uma Casa Chamada 14*. Belém: IAP, 2003.
- MEDEIROS, Maria Lúcia. *Velas Por Quem?* Belém: Cejup, 1990.

- MILAN, Anne & HAMM, Brian. “Les liens entre les génération: grands-parents et petits-enfants”. *Tendances Sociales Canadiennes* 71: 2-8, 2003.
- MOTTA–MAUÉS, Maria Angelica. “Na ‘casa da mãe’ / na ‘casa do pai’. Anotações (de uma antropóloga e avó) em torno da ‘circulação’ de crianças”. *Revista de Antropologia* 47: 428-452, 2004.
- _____. “Uma vez ‘cria’, sempre ‘cria’ (?). Adoção, gênero e geração na Amazônia”. *Anais do 13º Ciso – Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste (CD-Rom)*. Maceió/AL, 2007.
- PEIXOTO, Clarice E. “Avós e netos na França e no Brasil: a individualização das transmissões afetivas e materiais”. In PEIXOTO, C. E.; SINGLY, F.; CICCHELLY, V. (orgs.): *Família e Individualização*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- PROUST, Marcel. *À Sombra das Raparigas em Flor*. Porto Alegre: Editora Globo, 1951.
- SALLES, Vicente. *O negro no Pará sob o regime da escravidão*. Brasília/Belém: Ministério da Cultura/Secretaria de Estado de Cultura, 1988.
- SARTI, Cynthia A. *A Família como Espelho. Um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas: Autores Associados, 1996.
- SERRA, Márcia Milena P. *Aspectos demográficos da circulação de crianças no Brasil*. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu/MG, 20-24 de setembro de 2004.
- UMRIGAR, Thrity. *A Distância entre Nós*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.
- VERÍSSIMO, José. *Estudos Amazônicos*. Coleção Amazônica, Série José Veríssimo. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970 (1865, 1898, 1916).
- WAGLEY, Charles. *Uma comunidade Amazônica: estudo do homem nos trópicos*. Coleção Brasileira, 290, 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977/1956.